

# XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

---

## CARTA PELA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

### 35º aniversário da Constituição Federal que consolida o direito das crianças brasileiras

O XXXVII Encontro Nacional do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil ocorreu de modo articulado ao Seminário Nacional da Política de Educação Infantil, organizado pela Coordenação Geral de Educação Infantil, vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo MIEIB nos dias 4 e 5 de outubro de 2023. O evento aconteceu no auditório do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), durante o 35º aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1988, reforçando a necessidade de reconstrução do processo coletivo e participativo de formulação de políticas para a área. Assim, o posicionamento do MIEIB em defesa da Educação Infantil torna-se o eixo central da interlocução com o Governo Federal nas formulações das políticas educacionais do país e se dá no processo de reconstrução do estado democrático de direito, a partir da eleição de um governo de frente ampla. Dentre outros fatores, é reconhecida a legitimidade dos movimentos sociais que, na atualidade, se articulam em defesa da Educação Infantil como política pública da mais alta relevância social.

O Encontro teve como objetivo principal restabelecer o diálogo do MIEIB com o MEC na convergência de forças para a reconstrução da política nacional atinente à primeira etapa da educação básica, reconhecendo os Fóruns de Educação infantil como interlocutores do Governo Federal na formulação e implementação de políticas para a Educação Infantil. Nesse sentido, o evento contou com a participação de professoras/es, pesquisadoras/es, dirigentes e gestoras/es públicas/os, conselheiras/os municipais e estaduais de educação, entidades de pesquisa, representantes de diferentes diretorias e secretarias do MEC, assim como de ativistas de diversos movimentos sociais que reafirmaram, dentre seus objetivos, a construção de uma agenda política para reestruturar as ações e programas relativos à Educação Infantil, consolidando o direito das crianças desde bebês à creche e à pré-escola públicas. Igualmente, o MIEIB reconhece e ratifica as concepções defendidas em sua Carta de Princípios na política nacional de Educação Infantil, quais sejam:

- A garantia de acesso e permanência das crianças desde bebês em creches e pré-escolas integrantes dos sistemas públicos de educação;
- A expansão da oferta de atendimento nas redes públicas com equidade e compromisso aos padrões de qualidade na Educação Infantil; O reconhecimento do direito constitucional das crianças desde bebês, independentemente de raça, etnia, gênero, credo, nacionalidade, local de moradia, situação socioeconômica e cultural, ao atendimento em instituições de Educação Infantil públicas, gratuitas, laicas, inclusivas e de qualidade social;

## XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- A garantia da Educação Especial como modalidade de ensino transversal desde a Educação Infantil e a oferta do atendimento educacional especializado em creche e pré-escola, assegurando a construção de um sistema educacional inclusivo;
- O respeito e o compromisso com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009;
- A vinculação constitucional de recursos públicos exclusivamente para as instituições de Educação Infantil públicas, nos devidos termos, e sua aplicação, imprescindíveis ao bom funcionamento de creches e pré-escolas integradas aos sistemas de educação;
- A indissociabilidade entre cuidado e educação visando ao bem-estar e ao pleno desenvolvimento da criança, desde a mais tenra idade;
- A brincadeira como linguagem na qual as crianças, desde bebês, se apropriam da cultura e que, por isso, deve orientar as propostas educativas de creches e pré-escolas;
- A implementação de políticas públicas que visem à expansão e à melhoria da qualidade do atendimento em Educação Infantil das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, enquanto direito e princípio constitucional;
- A identificação da Educação Infantil enquanto campo educacional que exige atuação intersetorial e multidimensional na produção de conhecimento e formulação de políticas, em permanente construção;
- A defesa contra todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão às crianças desde bebês.

Após seis anos de governos marcados pelo conservadorismo, pela retirada de direitos e pela intensificação de uma pauta mercantil e privatista no campo educacional, evidenciou-se a descontinuidade de ações e programas essenciais para a expansão da oferta pública de cuidados e educação destinados às crianças desde bebês. Ademais, os quatro últimos anos foram marcados pela inoperância de um governo fascista que instaurou uma necropolítica que custou a vida de mais de 700 mil brasileiras/os, incluindo inúmeras crianças.

Essa conjuntura exige a reconstrução do país em prol da democracia, dos direitos sociais, de concepções de infâncias, de atendimentos em instituições de Educação Infantil públicas e da luta pela valorização e formação de docentes que atuam com crianças de zero a seis anos de idade. Diante de um cenário de disputas, em que ocorrem articulações históricas, os movimentos sociais atuam nos campos social e político, tendo por objetivo restabelecer o projeto democrático e de qualidade socialmente referenciada para a educação das infâncias no Brasil, respeitando as diversidades e especificidades desse atendimento.

Desse modo, o MIEIB, na perspectiva de reiterar o seu compromisso com a defesa da política de Educação Infantil, deliberou em Assembleia as principais pautas debatidas e firmadas durante as diferentes mesas promovidas pelo evento, dentre as quais destacam-se:

## **XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

- O fortalecimento da interlocução com o Governo Federal buscando legitimar a participação dos Fóruns de Educação Infantil na proposição, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas que visam à ampliação dos direitos das crianças de 0 a 6 anos à Educação Infantil de qualidade;
- A retomada do diálogo com os Fóruns na elaboração e monitoramento de programas e ações em desenvolvimento no MEC, com vistas a respeitar as concepções orientadoras da Política de Educação Infantil brasileira, pactuadas nos documentos legais;
- A inserção da educação infantil em ações e programas do MEC comprometidos com a expansão da oferta e da qualidade do atendimento das crianças desde bebês em creche e pré-escola, retomando a função indutora do Governo Federal na proposição de políticas comprometidas com a melhoria da formação inicial e continuada de professoras de educação infantil, em consonância com a Carta de Princípios do MIEIB, com vistas à garantia das especificidades e dos objetivos desta etapa da Educação Básica;
- A revisão da formação inicial de professoras de Educação Infantil, considerando as concepções desta etapa, prescritas na Resolução 05/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com ações junto às instâncias reguladoras, bem como a diversidade das infâncias das crianças brasileiras, migrantes, em situação de refúgio e apátridas;
- A articulação com as Instituições de Educação Superior públicas com o objetivo de ampliar e fortalecer o debate sobre a formação de professoras, aprimorando e atualizando os currículos para formação inicial e continuada das profissionais da Educação Infantil;
- A garantia das discussões nas políticas de formação inicial e continuada quanto às especificidades da educação das crianças de 0 a 3 anos de idade, com vistas às práticas educativas que tenham relação com os bebês e as crianças bem pequenas e seus diversos modos de ser e estar no mundo;
- O respeito e a salvaguarda do Art. 61 da Lei 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que concerne à ocupação e ao exercício da função docente em creche e pré-escola, recusando as nomenclaturas e criação de cargos e funções não docente para atuar nos cuidados e educação das crianças desde bebês;
- O cumprimento do piso salarial do magistério e efetivação/elaboração de planos de carreira condizentes com a regulamentação do piso nacional da educação;
- A garantia de políticas públicas que ampliem as experiências das crianças desde bebês em relação à literatura, à oralidade, à leitura e à escrita na Educação Infantil, partindo do pressuposto de que tais práticas culturais são direitos afirmados desde a mais tenra idade e que a alfabetização não constitui objetivo da primeira etapa da Educação Básica, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

## **XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

- A participação dos Fóruns nas audiências relativas aos editais que contemplem programas nacionais de leitura para a Educação Infantil em consonância aos pressupostos da área, com atenção à diversidade étnica, de gênero, sexual, de classe na escolha de livros literários e a recusa dos sistemas apostilados e do livro didático para professoras e crianças;
- A participação dos Fóruns na retomada e expansão das obras do Proinfância, assim como nas políticas de construção, reformulação e conclusão de instituições de Educação Infantil em âmbito municipal, estadual e distrital, considerando as especificidades de tais edificações, com vistas à educação de qualidade das crianças desde bebês;
- O apoio financeiro e estrutural e a destinação de recursos públicos específicos e adequados, imprescindíveis para a oferta pública de Educação Infantil que garanta e amplie o acesso e a permanência das crianças em creches e pré-escolas, de acordo com o Plano Nacional de Educação em vigência;
- O posicionamento contrário aos diferentes mecanismos de privatização e mercantilização que consomem recursos públicos e não beneficiam a qualidade da Educação Infantil, envolvendo as questões da oferta desta etapa, cursos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), avaliação, assessoria, formação de professoras e professores, compra de materiais didáticos, compra de vagas (voucher), educação domiciliar (homeschooling), contratação de profissionais e gestão das instituições públicas por organizações privadas;
- A vigilância e mobilização contrária aos programas destinados à primeira infância propostos como alternativos/substitutivos à Educação Infantil, consagrada constitucionalmente como primeira etapa da Educação Básica, direito de todas as crianças e dever do Estado em sua dimensão intersetorial e multidimensional;
- A garantia de políticas públicas que assegurem o direito à brincadeira e as interações - eixos transversais da Educação Infantil - bem como o acesso a diferentes manifestações culturais de modo a estimular a curiosidade, o encantamento, o questionamento e o ato criativo, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009;
- A garantia de que a avaliação da Educação Infantil contemple as especificidades dessa etapa, conferindo qualidade na oferta, e que a mesma não ocorra com base na avaliação do desempenho das crianças e das/os profissionais de modo a responsabilizar as/os docentes;
- O respeito aos modos de vida e língua materna no atendimento às crianças indígenas com atenção à cada aldeia e à cada comunidade;
- A ampliação e o aprofundamento do debate da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, em articulação com as DCNEI, respeitando as infâncias, a inclusão escolar e a diversidade; não rotulando as crianças por meio de laudos médicos;

## **XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

- A participação dos Fóruns na defesa das necessidades da Educação Infantil no CAQ (Custo Aluno Qualidade) e nos fatores de ponderação e de desempenho das redes que são essenciais para a redistribuição de recursos financeiros no Novo Fundeb;
- A defesa de ampliação de recursos financeiros para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com vistas ao estabelecimento de uma ação eficaz de combate à insegurança alimentar e nutricional das crianças desde bebês;
- A participação dos fóruns na reformulação dos planos municipais, estaduais, distrital e nacional de educação, a fim de explicitar o compromisso com a efetivação das metas e estratégias relativas à Educação Infantil;
- A criação de estratégias que ampliem os debates sobre a Educação Infantil, envolvendo toda a sociedade na defesa das infâncias e a realização de uma Conferência Nacional Popular de Educação Infantil, até 2025, articulada pelo MIEIB e Fóruns Estaduais, em suas etapas municipais e estaduais, o que poderá permitir que famílias/responsáveis, professoras/es e demais profissionais e movimentos sociais contribuam com olhares específicos para as problemáticas que envolvem o tema.

Os Fóruns que subscrevem esta Carta se comprometem com o fortalecimento dos debates e proposições sobre as pautas que envolvem a Educação Infantil na atualidade, repactuando ações em articulação com o MEC, resguardada a sua autonomia enquanto ator social, com outros movimentos e entidades, na luta pelo direito à educação, reafirmando o posicionamento construído por tais coletivos em defesa de políticas públicas que promovam a efetivação do direito à Educação Infantil pública, laica, gratuita, inclusiva, antirracista, não sexista, de qualidade social e culturalmente referenciada para todas as crianças de zero até seis anos.

Solicitamos ampla divulgação desta Carta, na qual elencamos pautas prioritárias para o avanço das políticas públicas de Educação Infantil no Brasil.

Brasília, 5 de outubro de 2023

35º aniversário da Constituição da República Federativa do Brasil

São signatários deste documento:

Fórum Alagoano de Educação Infantil

Fórum Amapaense de Educação Infantil

Fórum Amazonense de Educação Infantil

Fórum Baiano de Educação Infantil

Fórum Catarinense de Educação Infantil

Fórum de Educação Infantil da Paraíba

Fórum de Educação Infantil da Região do Alto Jequitinhonha

Fórum de Educação Infantil de Belo Horizonte



# XXXVII ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADO COM O SEMINÁRIO NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

---

Fórum de Educação Infantil de Pernambuco  
Fórum de Educação Infantil de Rondônia  
Fórum de Educação Infantil de Roraima  
Fórum de Educação Infantil de Sergipe  
Fórum de Educação Infantil de Tocantins  
Fórum de Educação Infantil do Acre  
Fórum de Educação Infantil do Ceará  
Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal  
Fórum de Educação Infantil do Maranhão  
Fórum de Educação Infantil do Pará  
Fórum de Educação Infantil do Paraná  
Fórum de Educação Infantil do Piauí  
Fórum de Educação Infantil do Rio Grande do Norte  
Fórum do Agreste Paraibano de Educação Infantil  
Fórum Gaúcho de Educação Infantil  
Fórum Goiano de Educação Infantil  
Fórum Mato-Grossense de Educação Infantil  
Fórum Mineiro de Educação Infantil  
Fórum Municipal de Educação Infantil de Santarém  
Fórum Municipal de Educação Infantil do Acará  
Fórum Municipal de Lauro de Freitas  
Fórum Paulista de Educação Infantil  
Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo  
Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro  
Fórum Permanente de Educação Infantil do Mato Grosso do Sul  
Fórum Regional de Educação Infantil da Foz do Rio Itajaí